

RECEBIDO EM: 11/09/2017

APROVADO EM: 25/10/2017

O WSSD-U (SIMPÓSIO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS UNIVERSIDADES): UMA CONTRIBUIÇÃO NA GOVERNANÇA GLOBAL

THE WSSD-U (WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE UNIVERSITY DEVELOPMENT): A CONTRIBUTION TO GLOBAL GOVERNANCE

Meilyng Leone

Doutoranda (com bolsa CAPES) e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos. Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Metropolitana de Santos. Coordenadora do Curso de Direito (UNIMES).

Gilberto Passos de Freitas

Doutor e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Titular da Universidade Santa Cecília. Professor convidado da Escola Superior do Ministério Público.

SUMÁRIO: Introdução; 1 Educação para a Sustentabilidade; 2 Governança Global e Atores Não-Estatais; 3 Os três, quase quatro, WSSD-U (World Symposium on Sustainable Development at Universities); 4 Conclusões; Referências.

RESUMO: Busca-se demonstrar no presente estudo as nuances da governança global presentes nos encontros do “Simpósio Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável nas Universidades”, evento que teve sua origem paralela e concomitantemente com a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), que exemplifica e materializa os mecanismos de governança global e o surgimento da multiplicidade de atores nesse cenário. Subsequentemente, esses encontros tornaram a ocorrer, nos anos de 2014, 2016 e, em breve, com nova edição em 2018. Para o presente artigo, a metodologia utilizada na pesquisa foi um estudo descritivo e exploratório, com análise dos dados através de uma abordagem qualitativa-quantitativa dos documentos oficiais resultantes de tais simpósios optando-se por adotar sequência cronológica, e realizando-se um cotejo entre todas as edições, com a finalidade de se verificar se houve avanços significativos, capazes de influenciar efetivamente a implementação do Desenvolvimento Sustentável nas Universidades e de fomentar o debate e encontrar arranjos possíveis e eficazes para a implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas Instituições de Ensino Superior, concluindo-se que os Simpósios serviram para fomentar as discussões acerca da temática, unificando os atores não estatais em forma de redes, fortalecendo a atuação dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Governança Global. Ensino Superior. Direito Internacional. Direito Ambiental.

ABSTRACT: In this study, the overall governance nuances present in the meetings of the World Symposium on Sustainable Development in Universities were analyzed. This event had its origin parallel to and concurrently with Rio+20 (United Nations Conference on Sustainable Development), exemplifying The mechanisms of global governance and the emergence of the multiplicity of actors in this scenario. Subsequently, these meetings occurred again in the years 2014, 2016 and, soon, with a new edition in 2018. For the present article, the methodology used in the research was a descriptive and exploratory study, with data analysis through an approach Qualitative-quantitative analysis of the official documents resulting from such symposiums, choosing to adopt a chronological sequence, and comparing all the editions in order to verify if there have been significant advances, capable of effectively influencing the implementation of Sustainable Development in the Universities and to encourage debate and find possible and effective arrangements for the implementation of Education for Sustainable Development in Higher Education Institutions, concluding that the Symposia served to

foster discussions on the theme, unifying non-state actors in the form of Networks, strengthening their performance.

KEYWORDS: Education for Sustainable Development. Global Governance. Higher Education. International Law. Environmental Law.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável é fator primordial para que seja garantida a mínima qualidade de vida aos habitantes do planeta Terra. Contudo, o conceito deste modelo não é entendido pacificamente e é imprescindível adentrar neste assunto antes de prosseguir com a explanação, afinal, o presente estudo tem como objeto principal a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas Universidades e os aspectos da Governança Global existentes nesse cenário. No panorama das relações internacionais contemporâneas, estudos sobre os novos mecanismos de governança global, sobretudo da estrutura de redes, ganham amplitude e se colocam como temática instigante, face aos desafios colocados pela ameaça do desenvolvimento não sustentável do planeta. Compreender as possibilidades das redes globais de política se concretizarem como estrutura viável almejando, entre outros objetivos, a ação democrática e a melhoria das condições de convivência coletiva entre os atores envolvidos, se torna relevante para a continuidade do sistema.

Quando se trata dos diversos conceitos de desenvolvimento sustentável, alguns merecem destaque, como o de Stuart B. Hill, para o qual sustentabilidade se refere às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados; a comunidades construídas em torno a compromissos coletivos, tolerância e igualdade; culminam em sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas; e práticas ambientais que valorizam e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida (HILL, 2003). Há quem defenda que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970 e que foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que se opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero. Para estes últimos, chamados de “zeristas” ou (pejorativamente) “neomalthusianos”, os limites ambientais levariam a catástrofes se o crescimento econômico não cessasse (ROMEIRO, 2012, p. 65-92). Ainda, importa citar o conceito previsto no documento “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”, apresentado em 1987, o qual propõe que o desenvolvimento sustentável, é “aquele que atende às

necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. O relatório faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à conhecida Agenda 21, e reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido, ainda, como aquele que pretende “melhorar a qualidade da vida humana respeitando a capacidade do ecossistema” (WWF, 1991, p. 10). Já o ratificado na Cúpula de Johannesburgo, entende como três os pilares do desenvolvimento sustentável: sociedade, meio ambiente e economia. Nessa linha, a sociedade sintetiza a compreensão das instituições sociais e do papel que desempenham na mudança e no desenvolvimento, tal qual ocorre nos sistemas democráticos e participativos que dão a oportunidade de expressar opiniões, eleger governos, criar consensos e resolver controvérsias.

Sendo o meio ambiente entendido como o conjunto de riquezas naturais, suscetíveis de exploração econômica, a sustentabilidade enquadra-se como aquela baseada em políticas de desenvolvimento econômico e social, garantindo a todos os membros da sociedade a oferta de serviços, desde que não coloque em risco a viabilidade dos ambientes naturais, artificiais e sociais (ESPADAS, 2007, p. 11). Ao considerar que desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas (ABRAMOVAY, 2010, p. 97-113), e que ele é formado por uma infinidade de fatores determinantes, mas cujo andamento depende, justamente, da presença de um horizonte estratégico entre seus protagonistas decisivos, conclui-se que o foco nesse processo é o conteúdo da própria cooperação humana e a maneira como, no âmbito dessa cooperação, as sociedades optam por usar os ecossistemas de que dependem. O que leva a afirmação de que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é indispensável, ao lado de outros instrumentos, para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Segundo Senarclens (1998, p. 91-104), o conceito de governança se desenvolveu nas décadas de 1980 e 1990, e foi caracterizado pela discussão sobre o papel do Estado em economias de mercado e nas relações entre a autoridade política e a sociedade civil em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Camargo (1999), a noção de governança partiu

de uma análise da crise de governabilidade, no plano local e internacional, inscrevendo-se na problemática da perda de credibilidade da instância estatal e diminuição de eficiência e eficácia da ação pública. A partir desta perspectiva, surge a ideia de um mundo de complexidade crescente, o Estado conservaria, apenas, a aparência do poder, já que os mercados internacionais constituiriam os verdadeiros árbitros das políticas possíveis, sendo suas decisões tomadas por operadores fechados em suas instituições especializadas. Para James Rosenau “Governança compreende as atividades dos governos, mas também inclui os canais através dos quais outros comandos fluem no formato de metas estabelecidas, orientações e políticas desenvolvidas” (ROSENAU, 2003, p. 181). Segundo este autor, governança é o processo pelo qual uma organização ou sociedade dirige a si mesma, e as dinâmicas de comunicação e controle se tornam fundamentais para o processo. Segundo Keohane (2003, p. 130-151) governança pode ser definida como a elaboração e a aplicação das regras, e o exercício do poder, dentro de um determinado domínio de atividade. Ainda de acordo com o mesmo autor¹, é importante salientar que a governança não se confunde, obrigatoriamente, com a ideia de governo.

Assim, essas três áreas – sociedade, meio ambiente e economia – estão interconectadas entre si pela dimensão cultural, uma característica do desenvolvimento sustentável que devemos sempre ter em mente. Mas é importante frisar que todos os conceitos de desenvolvimento sustentável apontam para o sentido de que se trata de algo dinâmico, reconhece que a sociedade humana está em constante transformação, ou seja, desenvolvimento sustentável não busca preservar o *status quo*, ao contrário, busca conhecer as tendências e as implicações da mudança, primando pela manutenção da sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, pretende-se demonstrar a importância de se pensar em um modelo voltado à participação ampliada, às boas práticas e, conseqüentemente, o surgimento de novos atores nesse feixe de relações que são interconectadas para que se alcance o efetivo desenvolvimento possível capaz se sustentar em longo prazo. Busca-se reafirmar a necessidade do

1 Governança global refere-se à elaboração de regras e exercício de poder em escala global, mas não necessariamente por entidades autorizadas pelo acordo geral de agir. Como não há um governo global, governança global envolve interações estratégicas entre entidades que não são organizadas em hierarquias formais. Como não existe uma constituição global, as entidades que exercem o poder e elaboram as regras muitas vezes não são autorizados a executá-las pelo consenso geral. Por conseguinte, suas ações são muitas vezes consideradas ilegítimas por aqueles que são por elas afetados (KEOHANE, 2003, p. 132).

envolvimento daqueles ligados às Universidades de todas as partes do globo para que se unam em prol da busca pelo meio ambiente equilibrado. Ao se compreender que essas conexões, oriundas de interesses comuns, mesmo que não unânimes, são resultados de uma atitude empoderada de entes que não são, necessariamente, estatais, mas que entendem a sua posição de indivíduos atuantes e participativos no cenário local e global, podemos trazer à tona uma ideia relativamente recente, mas que está intrinsecamente ligada com o que pretendemos estudar no presente trabalho: a Governança Global e os atores não estatais e o envolvimento na Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior.

1 EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A educação é a peça fundamental no alcance de uma sociedade sustentável, por meio da conscientização do impacto de nossas atitudes no planeta, mudamos nossas ações e, conseqüentemente, a realidade em que vivemos. O termo Educação Ambiental (EA) vem sendo substituído por Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), designação mais ampla e que abrange uma nova postura diante, tanto dos pequenos hábitos do dia-a-dia, como nas grandes decisões com impactos globais.

José Carlos Barbieri e Dirceu da Silva afirmam que não se pode vislumbrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável sem a participação da Educação Ambiental, mas se tornam necessários outros elementos para que se alcance, com sucesso os objetivos propostos².

A busca pelo desenvolvimento sustentável, contudo, é multifacetada – não pode depender unicamente da educação. Muitos outros parâmetros sociais são importantes, como, por exemplo, a governança, as formas de organização econômica e de participação dos cidadãos. Na realidade, seria preferível falar em aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, já que aprender não está restrito à educação como tal. Aprender inclui o que acontece nos sistemas educacionais, mas se estende na vida cotidiana – de modo que importantes aspectos da aprendizagem acontecem em casa, em contextos sociais, em instituições comunitárias e no local de trabalho.

Com relação às Instituições de Ensino Superior (IES), é sabido que elas têm considerável parcela de responsabilidade nesse contexto,

2 A Educação Ambiental é um componente essencial da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, entre muitos outros componentes, tais como sistemas dinâmicos, sustentabilidade econômica, globalização, educação intercultural, pensamento estratégico, educação fundamentada na comunidade etc. (BARBIERI e DIRCEU, 2011, p. 51-92)

pois possuem a missão primordial de educar e preparar cidadãos que para serem atores importantes no contexto da busca pelo meio ambiente equilibrado. Podemos dividir a atuação das Universidades em, ao menos, duas frentes: a primeira diz respeito à gestão sustentável do campus, que se destaca a postura de algumas IES (Instituições de Ensino Superior) na implementação de práticas sustentáveis em seus campi universitários, como modelos e exemplos para a sociedade. A outra visão destaca o papel da academia como fomentadora de conhecimento e formadora de futuros profissionais.

Deve-se sempre ter em vista que um dos objetivos da produção acadêmica é a interferência na comunidade no que diz respeito ao pensar soluções para os problemas existentes, não sendo “um fim em si mesma” a mera produção científica. Vamos além, a universidade também tem responsabilidade em relação aos alunos egressos, que se tornarão tomadores de decisões que influenciarão a sociedade na qual estão inseridos, devendo propiciar uma formação voltada à consciência ambiental para que se tornem efetivos agentes de transformação quando o assunto é sustentabilidade.

Pode-se afirmar, assim, que o desenvolvimento sustentável não será alcançado sem uma educação de qualidade para todos, e que se faz necessária a presença e ação dos envolvidos que, embora agindo em um cenário de incertezas, busca por meio dos mecanismos de Governança, como a participação ampliada, e, conseqüentemente, com a multiplicidade de atores, Universidades que promovam a sustentabilidade. Afinal, não poder haver um mundo sustentável, onde as universidades promovam a insustentabilidade.

Essa premissa fica muito clara quando se toma como exemplo o disposto no documento “O futuro que nós queremos”, resultado da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, ocorrida no ano de 2012. Nesse documento, a importância da EDS foi enfatizada de tal modo que culminou em uma declaração, intitulada Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade da Educação Superior, que foi emitida por mais de 250 Universidades. Essa declaração foi assinada por chanceleres, presidentes, reitores, decanos e dirigentes das IES e organizações relacionadas, reconhecendo a responsabilidade que têm na busca internacional da sustentabilidade, objetivo comum a todos os reitores. E concordando em apoiar ações que visam a ensinar conceitos relacionados aos ideais de sustentabilidade, garantindo que eles formam uma parte do currículo básico em todas as disciplinas do Ensino Superior e tenham uma compreensão explícita de

como alcançar uma sociedade que valoriza as pessoas, o planeta e lucros de uma maneira que respeite os limites finitos recursos da terra.

Os pontos da declaração são os seguintes: i. ensino sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, garantindo que eles façam parte do currículo básico em todas as disciplinas para que os futuros graduados do ensino superior desenvolvam habilidades necessárias para participar com suas forças de trabalho em prol do desenvolvimento sustentável e tenham uma compreensão explícita de como alcançar uma sociedade que valoriza as pessoas, o planeta e os lucros de uma maneira que respeite os limites de recursos finitos do planeta. As Instituições de Ensino Superior também são encorajadas a proporcionar formação em sustentabilidade para os profissionais e praticantes. ii. incentivo a pesquisa sobre questões de desenvolvimento sustentável, para melhorar a compreensão científica por meio do intercambio de conhecimentos científicos e tecnológicos, intensificando o desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de conhecimentos, incluindo tecnologias novas e inovadoras. iii. Green Campus: a) reduzindo o impacto ambiental por meio de eficiência da água, energia e recursos materiais nos edifícios e instalações; b) adotando práticas sustentáveis de contratação nas cadeias de fornecimento e serviços de catering; c) fornecendo opções sustentáveis de mobilidade/ transporte para os alunos e professores; d) adotando programas eficazes para a minimização de resíduos, reciclagem e reutilização; e) incentivando estilos de vida mais sustentáveis. iv. apoio aos esforços de sustentabilidade nas comunidades, trabalhando com as autoridades locais e a sociedade civil para promover comunidades mais habitáveis, com recursos eficientes que são socialmente inclusivos e com baixo nível de carbono.

Importante ressaltar que a EDS não ficou restrita ao documento exposto acima, que foi oficialmente integrante da Rio+20, mas, que surgiram outros documentos e resultantes do evento paralelo que ocorria concomitantemente com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, os Simpósios Mundiais sobre Desenvolvimento Sustentável nas Universidades, ou apenas WSSD-U (*World Symposium on Sustainable Development at Universities*), materializando conceitos de instrumentais da Governança Global e da importância da atuação dos atores não estatais neste cenário, como se passa a aprofundar a seguir.

2 GOVERNANÇA GLOBAL E ATORES NÃO-ESTATAIS

O conceito de governança global tem sido analisado com o objetivo de trazer respostas sobre a influência de atores não-estatais, tanto na política como no direito internacional. A governança global reside no

processo de construção das instituições e dos regimes internacionais que possuem como finalidade primordial o enfrentamento dos desafios contemporâneos, e, portanto, não deve ser confundida com um “governo global”. A governança global demonstra a existência de regras, em todos os níveis da atividade humana, cujas finalidades são controladas para terem um efeito internacional. Essa visão defende que os indivíduos são capazes de se organizar para resolver problemas comuns, por meio de mecanismos interativos de decisão, que constituem a “governança sem governo” a partir de uma iniciativa comum tomada sob consenso, por exemplo, tal qual ocorre nos eventos paralelos às grandes convenções mundiais, estas sim compostas por diversos atores, inclusive os estatais.

Os novos atores são assim denominados por não pertencerem à esfera estatal, podendo-se afirmar que se trata de um conceito por exclusão, portanto. Os mais conhecidos ANEs são as empresas multinacionais, as ONG's, os indivíduos, as comunidades epistêmicas e a Igreja. Para Noortmann, é no sistema transnacional, portanto, que se inserem os atores não estatais, que, atualmente, compreendem os Movimentos de Libertação Nacional e Oposições Armadas; as Companhias Multinacionais ou Transnacionais; as Organizações Não Governamentais; e as Organizações Intergovernamentais Internacionais (NOORTMANN, 2001, p. 60). No que se refere à influência voltada ao campo jurídico, Alexandre Kiss afirma que os atores não estatais participam essencialmente da “primeira etapa” da construção do direito internacional, na qual ocorre a constatação da necessidade de regulação de certos aspectos e dos valores comuns que torna essa regulação desejável a todos (KISS, 1996, p. 19-36 *apud* BARROS-PLATIAU).

Exemplo da atividade organizada dos ANE (atores não estatais), que são aqueles não necessariamente reconhecidos como sujeitos de direitos, mas com poder de influência, e a realização dos WSSD-U (*World Symposium on Sustainable University Development*), em português, Simpósio Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável nas Universidades, objeto do presente estudo, materializa os instrumentais de governança, consubstanciado os instrumentais da governança global. Senarclens frisa a existência de “nebulosa de redes e de instituições de natureza estatal e não-estatal que mobiliza funções diversas para atingir objetivos convergentes” (SENARCLENS, 1998, p. 200). Já o relatório “Nossa Comunidade Global”, elaborado pela Comissão sobre Governança Global em 1996, define a governança como aquela que “diz respeito não só às instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições”.

Em suma, a Comissão define governança, na página dois do relatório, como sendo “a totalidade de diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”, essa definição aponta claramente que a governança, visualizada como os meios e processos pelos quais uma organização ou sociedade se dirigem, não é um “dado”, mas sim um “construído”, simultaneamente, pelo Estado e pelos atores não governamentais.

Nos dizeres de Alcindo Gonçalves, é importante notar a feição multifacetada da Governança, a qual abrange diversos atores envolvidos no processo, principalmente por ser destituída da ideia central de um Estado absoluto³.

O surgimento do fenômeno da globalização, as profundas mudanças ocorridas no contexto econômico e institucional, a diversificação das necessidades da sociedade e as novas tecnologias de comunicação levaram os governos a reexaminarem suas funções (OCDE - Organizações internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1996). No âmbito privado, estas transformações no cenário mundial exigiram das empresas formas mais flexíveis de planejamento e administração para garantir a sobrevivência no mercado, o que propiciou o surgimento de novas técnicas e ferramentas administrativas. Ao contrário das organizações privadas, as organizações estatais reagiram tardiamente às mudanças e o resultado foi uma perda na capacidade de respostas às necessidades da sociedade e a conseqüente perda da legitimidade e credibilidade do Estado perante a população. “Registrou-se, ademais, um desejo crescente de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios” (SARAVIA, 2006, p. 05).

Não raras vezes a Governança Global influencia na elaboração e cumprimento de Política Pública, esta pode ser entendida como uma estratégia que aponta a diversos fins ensejados pelos diferentes grupos que participam do processo decisório. Neste sentido, Saraiva (2009, p. 07) define política pública como o “fluxo de decisões públicas orientado

3 Trés dimensões são relevantes no conceito de governança: a primeira diz respeito a seu caráter de instrumento, ou seja, de meio e processo capaz de produzir resultados eficazes; a segunda envolve os atores envolvidos no seu exercício, salientando a questão da participação ampliada nos processos de decisão; e a terceira enfatiza o caráter do consenso e persuasão nas relações e ações, muito mais do que a coerção. Assim, a governança existe quando ela é capaz de articular os diferentes atores – estatais e não-estatais – para enfrentar dificuldades. Sua forma de agir é, portanto, a articulação, construindo consensos para resolver problemas. (GONÇALVES, 2006).

a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade”. Para Girard (1972, p. 130, *apud* SARAVIA, 2006), “política pública é um sistema explícito e coerente de fins últimos, objetivos e meios práticos, perseguidos por um grupo e aplicados por uma autoridade”.

Diversos são os estágios de uma política pública. Os atores, as coalizões, os processos e as ênfases são específicos de cada política. Formulação, implementação e avaliação são os estágios básicos que fazem parte do processo de política pública. Portanto, uma política pública que tem como função básica atender a sociedade como um todo, deve ter seu processo de desenvolvimento visando programas de ação universais, deve ter as características de uma política pública possibilitando a incorporação de conquistas sociais pelos grupos menos favorecidos, visando à diminuição do desequilíbrio social, proporcionando direito social a todos e zelando pelo desenvolvimento sustentável do planeta.

Relacionando-se os conceitos de Governança Global, novos atores não estatais e a realização dos WSSD-U, ressaltando que, embora esses novos atores não possuam personalidade jurídica internacional e, conseqüentemente, não sendo sujeitos de Direito Internacional, não significa falta de alcance de suas ações. Exatamente o oposto. Mesmo com a ausência de atribuição de personalidade jurídica não há o impedimento de que os atores estatais atuem para além das fronteiras nacionais, e o impacto dessa atuação, ou seja, a influência que exercem no sistema transnacional e sua importância para a governança global é uma realidade para todos, a exemplo dos três Simpósios Mundiais sobre Desenvolvimento Sustentável nas Universidades, que demonstrou o quanto é importante a participação ampliada, a discussão, trazendo à tona questões relacionadas à Educação para a Sustentabilidade no âmbito do Ensino Superior, para que os próprios envolvidos no processo tenham a possibilidade de refletir e trocar experiências sobre o tema, favorecendo a criação de uma rede, favorecendo a colaboração dos pares, todos voltados à concretização e resolução do problema comum, qual seja, difundir práticas efetivas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas Universidades.

Constatou-se, após a análise dos documentos oficiais que resultaram dos referidos encontros, que os atores principais envolvidos foram: i. membros de administração de Universidades; ii. pessoal docente; iii. equipe de pesquisa; iv. grupos de estudantes; v. pessoal de operações dos *campus* (esses incluídos apenas a partir da 2ª edição); vi. responsáveis de projeto e consultores; vii. outras pessoas interessadas. Demonstrando que a efetividade da Educação para a Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior depende do engajamento dos diversos setores, por meio de ações conjugadas, envolvendo

todos os membros atuantes na educação, bem como se mostra necessária a relação entre as Universidades em eventos destinados ao fomento, discussão e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

3 OS TRÊS, QUASE QUATRO, WSSD-U (WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT AT UNIVERSITIES)

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. A Conferência teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Mas, interessante notar que ocorreu em um evento paralelo à Conferência da ONU sobre Sustentável Desenvolvimento, também no Rio de Janeiro (Brasil), nos dias 5 e 6 de junho de 2012, o 1o. Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Universidades, tradução livre do título oficial que é *World Symposium on Sustainable Development at Universities* (WSSD-U-2012).

Esse evento tornou-se uma ferramenta tão importante para a efetivação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que se desdobrou em mais três edições, ocorridas em 2014, 2016 e, em breve, em 2018. São conhecidas, respectivamente, como: WSSD-U-2014, WSSD-U-2016 e WSSD-U-2018.

O 1º evento, datado de 2012 (WSSD-U-2012), contou com 120 delegados de 26 países trouxe como plano de fundo a justificativa dessa reunião se dar após passado um período razoável entre os grandes marcos históricos sobre o Meio Ambiente, tempo necessário para o amadurecimento de ideias e reflexões para o futuro⁴. É neste contexto que foi organizado o “Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Universidades⁵”.

4 “Quarenta anos após a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Humano e vinte anos após a Primeira “Cúpula da Terra” (Conferência das Nações Unidas e Ambiente e Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992, a comunidade mundial vai se encontrar de novo, analisar os progressos e delinear os próximos passos que nós Precisa levar em direção a um mundo mais sustentável. A Conferência de 2012 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), também conhecida como “Rio + 20”, será um evento histórico.

5 será organizado Universidade de Hamburgo, Ciências Aplicadas, sob os auspícios da RCE Hamburgo e região. A RCE Hamburgo e região é parte de uma rede global de Centros Regionais de Especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (RCEs) coordenados pelos Estados Unidos Universidade das Nações Unidas. (WSSD-U, 2012, p. 2)

Os objetivos eram os seguintes: i. Fornecer para universidades ao redor do mundo a oportunidade de exibir e apresentar suas obras (por exemplo, inovação curricular, pesquisa, atividades, projetos práticos) à medida que se relacionam com Educação para o desenvolvimento sustentável em um nível universitário; ii. Promover o intercâmbio de informações, ideias e experiências adquiridas na execução de Projetos, de iniciativas bem-sucedidas e boas práticas; iii. Discutir abordagens metodológicas e projetos que visem a integrar o tema de Desenvolvimento Sustentável no currículo das universidades; iv. Conectar os participantes e fornecer uma plataforma para que possam explorar as possibilidades de cooperação. Por último, mas não menos importante, um outro objetivo do evento foi documentar e disseminar a riqueza de experiências disponíveis. Para o efeito, uma edição especial do “Jornal Internacional de Desenvolvimento Sustentável, com documentos selecionados da conferência foram produzidos. Além disso, o livro “Desenvolvimento Sustentável nas Universidades: Novos Horizontes” foi publicado.

Nota-se, claramente, um contexto de redes em que esses atores se articularam, de forma a chegar a um nível que seria possível o fomento à discussão e debates sobre ideias para resolver o problema comum, qual seja, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior. Dito em outras palavras, integralizaram conceitos de governança explicitamente.

O 1º Simpósio foi organizado em duas vertentes principais:

a. os displays: As universidades e organizações participantes puderam exibir exposições que descreviam suas obras e projetos, além de distribuir informação relevante aos participantes.

b. as apresentações: Foi organizado um conjunto de apresentações, divididas em três seções, abordando questões estratégicas, valorizando a revisão do estado da arte da educação para a sustentabilidade. Esses são:

i. Sessão 1: Implementando o Desenvolvimento Sustentável no Currículo;

ii. Sessão 2: implementação de atividades do desenvolvimento sustentável no Campus;

iii. Sessão 3: implementação do desenvolvimento sustentável na investigação e nos programas .

Já na segunda edição (WSSD-U-2014), ocorrida em Manchester, Reino Unido, entre os dias 3 e 5 de setembro de 2014, reafirmou a importância desses atores no cenário global, manteve o mesmo feixe central, mas trouxe melhorias, como, por exemplo, o aumento das sessões de apresentações, acrescentando “Abordagens holísticas para o desenvolvimento sustentável envolvendo Currículo, Pesquisa e Operações” e “Participação de estudantes e engajamento nas questões da sustentabilidade”. O evento levou a três publicações inovadoras sobre a teoria e a prática do desenvolvimento sustentável e mostrou a necessidade de uma continuação do diálogo entre acadêmicos e profissionais de sustentabilidade, de modo a abordar as questões, problemas e soluções.

É neste contexto que o 3º Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável nas Universidades (WSSD-U-2016) foi organizado pelo Escritório de Sustentabilidade do Instituto Massachusetts de Tecnologia (MIT), da Universidade Metropolitana de Manchester (Reino Unido) e do Centro de Pesquisa Universidade de Ciências Aplicadas de Hamburgo (Alemanha), em cooperação com a iniciativa da Universidade das Nações Unidas, Centros Regionais de Especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (RCE). O tema deste WSSD-U-2016, ocorrido entre 13 e 16 de setembro de 2016, foi “Projetando o Campus de Amanhã: Resiliência, Vulnerabilidade e Adaptação”, e o encontro se deu no Instituto Massachusetts de Tecnologia (MIT), situado em Cambridge, Estados Unidos. Manteve a mesma disposição do evento anterior, inclusive com relação às sessões disponibilizadas.

Enquanto o presente artigo era redigido, encontrava-se em andamento os preparativos para o WSSD-U-2018, que terá como tema “Universidades como Laboratório Vivo para Desenvolvimento Sustentável: Apoio à Implementação do Desenvolvimento Sustentável”. Acontecerá na *Universiti Sains Malaysia* (USM), Penang, Malásia, entre os dias 28 a 30 de agosto de 2018. Vale ressaltar que para a edição que está por vir, houve um acréscimo de objetivo, qual seja, “permitir a escalabilidade dos modelos de uso existentes e futuros das universidades como laboratórios vivos para o desenvolvimento sustentável”. Ainda, à medida que os países do mundo se esforçam atualmente para implementar a Agenda 2030 da ONU e o Objetivos de Desenvolvimento, a WSSD-U-2018 demonstrará como as universidades podem atuar como laboratórios vivos e demonstrar abordagens, métodos e projetos que podem ser replicáveis fora deles.

Atualmente, são parceiros internacionais do evento a Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior (AASHE), o Programa

da Universidade do Báltico, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa do meio ambiente da ONU (UNEP), a Associação Ambiental para Universidades e Faculdades (EAUC), o que demonstra a importância da conexão entre os diversos setores que objetivam a resolução dos problemas comuns.

4 CONCLUSÕES

Considerando que o enfrentamento de questões problemáticas globais ambientais não se pode ser realizado apenas sob um único viés, fato que a Educação é ferramenta primordial para alcançarmos o objetivo do desenvolvimento sustentável. Contudo, instrumentais de governança global são extremamente necessários para que se possa atingir o desejado, afinal, o surgimento de novos atores, a ampliação das boas práticas, entre outras estratégias, são fundamentais na resolução desses problemas comuns. Com essa perspectiva, não se pode falar em desenvolvimento sustentável em um universo no qual as Universidades sejam insustentáveis. Na sociedade atual, dentre as instituições, as universidades em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão se apresentam em melhores condições para facilitar a transição para um futuro sustentável, considerando que possuem o dever de ser a vanguarda não apenas das pesquisas como também das tomadas de atitudes que refletem as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas do país e região onde estão situadas. Assim, conclui-se que as mudanças necessárias para se ter um futuro sustentável dependem do engajamento das instituições de ensino superior.

As recentes tendências da governança indicam que o foco mudou das atividades entre governos para as iniciativas multissetoriais, da governança em nível nacional para a governança em vários níveis internacionais e de um procedimento formal e legalista para uma abordagem mais informal, participativa e integrada, surgindo, como um possível componente dessa nova estrutura, as redes globais de política pública. A política doméstica tradicional e a diplomacia internacional não são mais suficientes em velocidade e amplitude para, sozinhas, resolverem os problemas globais. Retardar e reverter os danos já causados ao meio ambiente exige um esforço sem precedentes, coordenado e de longo prazo que envolva alianças de atores influentes, inovadores e flexíveis, e consciente dos aspectos de sustentabilidade econômica, social e ambiental em nível estatal e não-estatal, sobretudo as organizações não-governamentais. As características próprias das redes, quais sejam, estruturas flexíveis, abertas e dinâmicas que são criadas ao redor de um interesse em comum tem o condão de auxiliar a diminuir a distância que existe entre o que é necessário e o que se pretende alcançar com a governança global, assim como facilitar os mecanismos internacionais de política e estimular e assessorar sua efetiva implementação.

As mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, fundadas nos ideais da descentralização e da participação social, trouxeram novas direções na formação de políticas públicas no Brasil, tornando as decisões mais democráticas e estreitando os laços entre atores autônomos brasileiros e atores autônomos internacionais. Essas relações, quando flexíveis, induzem a interdependência entre esses atores, e eleva o país ao papel de membro dentro das redes globais de políticas públicas.

As estratégias referentes à inserção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na estrutura das Instituições de Ensino Superior são voltadas para a inclusão nas atividades de forma articulada entre si. Sob a ótica da ambientalização curricular é imprescindível que a inserção não se restrinja ao ensino, mas a todas as atividades e espaços da Instituições. Essa é a razão pela qual utilizam como principais estratégias a articulação entre o ensino na graduação e na pós-graduação; a formação de grupos de estudo e de pesquisa; atividades extensionistas, com a intenção de contribuir para que a pesquisa a reflexão e a práxis pedagógica sejam inerentes à formação e ao trabalho docente. Considerando que tais praxes não se efetivam sem a presença de atores efetivamente envolvidos, empoderados de sua importância no processo, pode-se afirmar que os Simpósios tiveram relevância ímpar, sob diversos aspectos, pois consolidou, nos diversos encontros bianuais realizados, a importância das Universidades na busca do Desenvolvimento Sustentável. Ainda, sintetizou nos documentos frutos das reuniões os objetivos a serem alcançados pelas Instituições de Ensino, contando com uma participação ampliada dos diversos sujeitos envolvidos.

Demonstrou-se, ainda, que os WSSD-U, desde o ano de 2012, se tornou um importante evento no qual diversos atores envolvidos na Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior têm a oportunidade de realizar arranjos visando à efetivação do meio ambiente equilibrado, ainda, que a participação ampliada dos atores envolvidos nesse processo é imprescindível para efetivação do Direito ao meio ambiente equilibrado e que a Governança Global se mostra como um instrumental adequado para alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. *Novos estudos* - CEBRAP, São Paulo , n. 87, July 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000200006&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 3 de jun. 2017.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. In: *Rev. Adm. Mackenzie* (RAM), v. 12, n. 3, maio/jun. 2011.

BARROS-PLATIAU, Ana Flavia. Novos Atores, Governança Global e Direito Ambiental Internacional. In: CUREAU, Sandra. (Org.). *Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Lastro, 2004, v. 1. Disponível em: <[ww3.esmpu.gov.br/serie-grandeseventos-meio-ambiente/AnaFlaviaBarrosPlatiau_Novos_atores.pdf](http://www3.esmpu.gov.br/serie-grandeseventos-meio-ambiente/AnaFlaviaBarrosPlatiau_Novos_atores.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2017.

CAMARGO, Sonia de. Governança Global: utopia, desafio ou armadilha? In: NEVES, Carlos Augusto dos Santos. *Governança Global – A reorganização da política em todos os níveis de ação*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa Comunidade Global. O Relatório da Comissão sobre Governança Global*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ESPADAS, Cejas Juan. Avances em La mejora de La sostenibilidad ambiental urbana em El marco Del nuevo estatuto de autonomia para Andalucía. In: Bravo, Álvaro Sanchez. *Ed. Ciudades, Medioambiente e Sostenibilidad*. Sevilla: ArCibel, 2007.

GONÇALVES, Alcindo. *A Legitimidade na Governança Global*. Trabalho apresentado no XV Congresso do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – Manaus, 2006. Disponível em: http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_a_legitimidade_da_governanca_global.pdf. Acesso em 3 de jun de 2017.

HESI. *Rio+20: Statement by the Higher Education Sustainability Initiative*. Junho, 2012. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/news/248-06-20-2012>. Acesso em 23.02.2016.

HILL, Stuart B.; WILSON, S. and WATSON, K. Learning Ecology: a new approach to learning and transforming ecological consciousness; experiences from social ecology in Australia, In: O'Sullivan, E; Taylor, M. (Eds). *Transforming Practices: learning towards ecological consciousness*. New York: Palgrave Press, 2003.

KEOHANE, Robert O. Global Governance and Democratic Accountability. In: HELD, David; KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias. *Taming Globalization: frontiers of governance*. Polity: Cambridge, 2003.

NOORTMANN, Math. Non- State Actors in International Law. In: ARTS, Bas; NOORTMANN, Math; REINALDA, Bob (eds). *Non- State Actors in International Relations*. Burlington: Ashgate, 2001.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. Estud. av., São Paulo, v.26, n.74, p.65-92, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=eng&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun 2017.

SARAVIA, Enrique. Redes, organização em redes e organizações virtuais: As novas configurações organizacionais. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Rio de Janeiro, FGV, 2002.

SENARCLENS, P. *Mondialisation, souveraineté et théorie des relationsinternationales*. Paris: Armand Collin, 1998.

ROSENAU, James N. *Governance in the twenty-first century. Global Governance: a Review of Multilateralism and International Organizations*, v. 1, n. 1, p. 13-44, 1995.

WSSD-U. *Following-up the UN Conference on Sustainable Development (Rio+20)*. Disponível em: <https://www.haw-hamburg.de/fileadmin/user_upload/FakLS/07Forschung/FTZALS/Veranstaltungen/WSSDU-2018.FLYER.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2017.

WWF. Organização Internacional Para Conservação Da Natureza; *Programa Das Nações Unidas Para o Meio Ambiente*. World Wildlife Fund. Caring for the Earth: a strategy for sustainable living.s.I.: IUCN, UNEP, WWF, 1991.